

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE DIREITO



**USO DA AYAHUASCA: FUNDAMENTOS E LIMITES DA  
CRIMINALIZAÇÃO DO TRÁFICO DE DROGAS EM SOCIEDADES  
MULTIRRELIGIOSAS**

**RAFAEL FERREIRA VIANNA**

Orientador: Prof. Doutor Augusto Silva Dias

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Direito,  
Ciências Jurídico-Criminais

2019

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE DIREITO



**USO DA AYAHUASCA: FUNDAMENTOS E LIMITES DA CRIMINALIZAÇÃO  
DO TRÁFICO DE DROGAS EM SOCIEDADES MULTIRRELIGIOSAS**

**RAFAEL FERREIRA VIANNA**

Orientador: Prof. Doutor Augusto Silva Dias

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Direito, Ciências  
Jurídico-Criminais

Júri:

Presidente: Doutor José Artur Anes Duarte Nogueira, Professor Catedrático e Presidente do  
Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Vogais:

- Doutor Jónatas Eduardo Mendes Machado, Professor Associado com Agregação Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- Doutora Maria Paula Bonifácio Ribeiro de Faria, Professora Associada Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa
- Doutor Miguel Fernando Pessanha Teixeira de Sousa, Professor Catedrático Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Doutora Maria Fernanda Santos Martins Palma Pereira, Professora Catedrática Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Doutor Vasco Manuel Pascoal Dias Pereira da Silva, Professor Catedrático Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Doutor Augusto Manuel Gomes da Silva Dias, Professor Associado com Agregação Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Doutor Paulo Manuel Mello de Sousa Mendes, Professor Associado Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

*“Por isso nós, tudo pensando com devida ponderação, concedemos ao dito rei Afonso a plena e livre faculdade, entre outras, de invadir, conquistar, subjugar a quaisquer sarracenos e pagãos, inimigos de Cristo, suas terras e bens, a todos reduzir à servidão e tudo praticar em utilidade própria e dos seus descendentes”.*

Papa Nicolau V, Bula *Romanus Pontifex*, 1454

*“A verdade mística não pode ser apreendida, mas sim experimentada por meio do êxtase”.*

Abu Hamid al-Ghazali

*“No momento em que era possível optar, a esmagadora maioria escolheu simplesmente obedecer”.*

Esther Mucznik

*“Não é necessário acreditar em Deus para acreditar na Justiça”.*

Phil Zuckerman

*“É que não só com a Escritura, também no direito e para o pensamento jurídico ‘as coisas antigas passaram’”.*

António Castanheira Neves

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos deuses do conhecimento, se é que eles existem, a oportunidade de pensar em palavras.

Agradeço a você, Carol, mãe dos meus filhos e meu eterno amor, por estar sempre ao meu lado.

Agradeço aos meus avós, aos meus pais e aos meus sogros, por todo apoio, sem o qual nada disto seria possível.

Agradeço ao Professor Doutor Augusto Silva Dias, pela honrosa oportunidade de aprender.

## **DEDICATÓRIA**

Mesmo diante da incompletude de meu pensamento e da imperfeição de minhas palavras, dedico minha tentativa àqueles que lutam para que o mal absoluto não triunfe sobre a Terra.

Que vocês, Gregório e Helena, meus pequenos Professores sobre o sentido da vida, mantenham sempre a pureza, a dignidade e o amor que hoje nos sustentam.

## RESUMO

O problema estudado está localizado no cruzamento entre multiculturalismo e política criminal de combate às drogas. Adota-se como caso-problema a criminalização do uso (produção, distribuição e consumo) religioso da *ayahuasca*, bebida feita pela mistura e decocção de plantas amazônicas, a qual possui DMT, um psicotrópico proibido pelas convenções e legislações antidrogas. Referida bebida é utilizada em rituais das religiões brasileiras do Santo Daime, da União do Vegetal, da Barquinha e por *neo-ayahuasqueiros*. Com a expansão dessas religiões pelo mundo, diversos líderes religiosos foram presos por tráfico de drogas, gerando discussões jurisprudências e doutrinárias sobre os fundamentos e limites da liberdade religiosa, do multiculturalismo e da criminalização das drogas. A religião é uma necessidade humana fundamental e o consumo de substâncias psicoativas em contexto ritual-religioso é comum em diversas sociedades ao longo da história. A teoria do bem jurídico-penal camufla a fragilidade dos fundamentos da política criminal contra as drogas e da seletividade penal, especialmente quando o uso é não problemático ou não disfuncional. A análise apropriada em uma sociedade que se pretende democrática e multicultural deve considerar o contexto e o sentido dos usos de substâncias psicoativas, bem como as consequências sociais de determinadas práticas culturais, respeitando as culturas como alternativas de vida e concretização da autonomia moral do indivíduo e da liberdade sobre o próprio destino. No caso dos grupos religiosos *ayahuasqueiros*, constata-se que a bebida ocupa papel central e fundamental na forma como seus seguidores vivem, partilham suas experiências, seu *ethos* e enxergam-se como indivíduos, existindo costumes e normas culturais bem definidas sobre a produção, distribuição e forma de consumo ritual da *ayahuasca*. Entende-se que essas normas culturais são materialmente jurídicas e decorrem do surgimento de “novos direitos”, ainda não reconhecidos pela legislação oficial-estatal. Com a diversidade cultural ocasionada pela globalização e a impossibilidade da regulação legal-estatal de todos os campos e aspectos da vida social atual, defende-se que normas jurídicas extraestatais sejam consideradas para a solução de problemas jurídicos concretos e o pluralismo normativo reconhecido. No complexo mundo atual, uma nova postura é exigida do jurista, assim como um novo paradigma para a realização do Direito, nomeadamente a adoção do pensamento complexo e a interpretação jurídica multicultural. Em um modelo participativo, aberto, dialógico, reflexivo e dialético-crítico, o jurista, ao analisar um caso problemático multicultural, deve considerar os diferentes interesses e normas em conflito, estando aberto para, no caso do direito penal, aceitar que normas jurídicas não estatais podem ser consideradas como exercício regular de um direito, retirando a antinormatividade de algumas condutas culturais tipificadas em abstrato como crime. No caso em estudo, adotando-se a teoria da tipicidade conglobante e respeitando-se a primazia da liberdade, conclui-se que o sentido religioso, o contexto ritual e a existência de normas jurídico-comunitárias sobre seu uso permitem que o mesmo seja considerado como não contrário ao Direito, sendo ilegítima a criminalização das condutas de produção, importação, distribuição e consumo da *ayahuasca*.

## **PALAVRAS-CHAVE**

AYAHUASCA – DROGAS – RELIGIÃO – PROIBICIONISMO –  
MULTICULTURALISMO – LIBERDADE RELIGIOSA – PENSAMENTO COMPLEXO  
– PRAGMATISMO JURÍDICO

## ABSTRACT

The problem studied is located at the intersection between multiculturalism and criminal policies to combat drugs. The criminalization of *ayahuasca* and its religious use (production, distribution and consumption) is adopted as a case study. *Ayahuasca*, a beverage made by mixing two plants from Amazon rainforest, has DMT as active principle, a substance considered a psychotropic/drug. This beverage is used in rituals of the Brazilian religions of Santo Daime, União do Vegetal, Barquinha and by mystical groups (*neo-ayahuasqueiros*). As the use of *ayahuasca* spreads outside of Brazil, many religious leaders were arrested as drug dealers, beginning the discussions about the limits of freedom Religious, multiculturalism and the War on drugs. Religion is a fundamental human need and the consumption of psychoactive substances in ritual-religious is common in several societies throughout the history. In the other hand, prohibitionism is inefficient, harmful and its arguments are reductionists. Theory of legal goods conceals the fragility of the foundations of the criminal policy against drugs, especially when the use is not problematic or dysfunctional. The appropriate analysis in a democratic and multicultural society should consider the context and meaning of the uses of psychoactive substances, as well as the social consequences of certain cultural practices, respecting cultures as alternatives of life and concretization of individual autonomy. For the followers of these Brazilian religious groups, *ayahuasca* is a sacred drink related to the construction of a symbolic system and their *ethos*. There are social rules and cultural norms in order to regulate the production, distribution and the ritualistic consumption of *ayahuasca*. In this thesis it is argued that these cultural norms are materially legal and stem from the emergence of "new rights", not still recognized by official legal system. It is impossible a state legal system control all the fields and aspects of current social life, even more in a complex and intercultural world. Therefore, extra-state legal norms should be considered for the solution of concrete legal problems and the legal pluralism should be recognized. The new paradigms for the legal system must be the complex thinking and the multicultural legal interpretation. In a dialogic, open, reflexive and dialectical-critical model, the criminal jurist, when analyzing an intercultural problem case, could consider community legal norms as regular exercise of a right, which are able to remove the anti-normativity of some cultural conducts typified in abstract as crime. In the specific case of *ayahuasca*, adopting the theory of conglobante criminal typicality and respecting the moral independence of the people, it is concluded that *ayahuasca* can not be criminalized legitimately.

## KEY-WORDS

AYAHUASCA – DRUGS – RELIGION – PROIBICIONISM – MULTICULTURALISM –  
RELIGIOUS FREEDOM – COMPLEX THINKING – LEGAL PRAGMATISM